



Ata de Reunião (Nº 212)

1 Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na sede da
2 RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério nº 3553, Centro, realizou-se **Reunião Ordinária**
3 do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos membros: Dimas Fernandes,
4 José Martinho Wolf Ravazzi Neto, Wilclem de Lázari Araujo, Carlos Henrique de Oliveira, Celso
5 Aparecido de Cerqueira Barreiro, Valter de Lucca, Maria Carretero Vergínio e Eugênio Maria
6 Duarte. A conselheira Wanessa Sardinha justificou sua ausência. Estiveram presentes na reunião: o
7 Superintendente, Jair Moretti, o Coordenador da Gestão e Custeio de Investimentos, Rubem
8 Severian Loureiro, e o Analista Contábil, Hélio Antunes Rodrigues. A reunião teve a seguinte
9 pauta: **I – Abertura dos Trabalhos: 1.1) Verificação de quórum. 1.2) Palavra do Presidente.**
10 **1.3) Palavra da Superintendência. 1.4) Palavra dos Membros. II – Atas e Comunicados: 2.1)**
11 **Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores (Ata 210 e 2011); 2.2) Relatório dos**
12 **Atos Administrativos (ref. a setembro/2017 e outubro/2017, que foram enviados via e-mail**
13 **em novembro/2017), cumprimento das diretrizes gerais e relatório de avaliação situacional**
14 **para o Pró-Gestão; 2.3) Informações sobre cursos: 5º Congresso Brasileiro de Conselheiros**
15 **de RPPS's – 08 a 10 de novembro de 2017 – Brasília/DF. III – Ordem da Pauta do dia: 3.1)**
16 **Apreciação e votação da política de investimentos para o ano de 2018; Apresentação do**
17 **Estudo de Solvência – Empresa Crédito e Mercado; 3.3) Outros.** A reunião teve início com a
18 verificação do quórum, o qual estava de acordo com o § 8º do art. 104 da Lei Complementar
19 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 364/2012. O presidente do colegiado,
20 Dimas Fernandes, abriu os trabalhos dando as boas-vindas aos presentes. Com a palavra, o
21 superintendente da entidade, Jair Moretti, deu as boas-vindas aos presentes. Em seguida, entregou
22 aos conselheiros Dimas Fernandes e Maria Carretero Vergínio, que são aposentados, as duas
23 primeiras carteirinhas de identificação dos servidores municipais aposentados. O conselheiro
24 Carlos Henrique de Oliveira, destacando notícia vinculada na mídia neste dia, solicita ao
25 superintendente que esclareça sobre a questão do aumento da alíquota de contribuição dos
26 servidores para 14%. O superintendente informa que diante dos comentários políticos sobre o
27 aumento da alíquota de contribuição do servidor federal para 14%, foi procurado por um jornalista
28 para esclarecer se o município também iria fazer o aumento da contribuição. Afirma que disse ao
29 jornalista que o município não cogita, no momento, aumentar as alíquotas. Esclarece aos presentes
30 que município pretende propor ao conselho um projeto de lei complementar que adequa algumas
31 normas municipais acerca da pensão, incorporação de vantagens e transferência, ao Município, do
32 pagamento dos benefícios distintos de aposentadoria e pensão. Todavia, tal projeto não prevê o
33 aumento das alíquotas. Os conselheiros não utilizaram a palavra. **As atas nº 210 e 211 foram**
34 **aprovadas.** O relatório mensal dos atos administrativos e benefícios previdenciários, referente aos
35 meses de setembro e outubro de 2017, serão entregues aos conselheiros no mês de
36 novembro/2017, assim como o relatório de cumprimento das diretrizes gerais e diagnóstico da
37 situação da entidade frente às demandas do Pró-Gestão. Informações sobre cursos: 5º Congresso
38 Brasileiro de Conselheiros de RPPS's, organizado pela ABIPEM, previsto para os dias 08 a 10 de
39 novembro de 2017 – Brasília/DF. Iniciando a ordem do dia, o analista contábil da entidade, Hélio
40 Antunes Rodrigues, que também é Coordenador do Comitê de Investimento, apresenta aos
41 conselheiros a política de investimentos previamente encaminhada por e-mail, *destacando que a*
42 *expectativa do comitê de investimentos para o ano de 2018 é que a inflação fique em torno de 4,02% ao ano, bem*
43 *como a Meta da Taxa Selic fique em 7,5%. Nos cenários internacionais e nacional, prevê um ciclo de estabilidade e*
44 *de recuperação da economia, respectivamente. Para alocação dos recursos do RPPS, obedecendo os limites permitidos*



45 pela Resolução CMN nº 3.992/2010, propõe adotar o limite máximo de 89% dos investimentos do RPPS no
46 segmento de renda fixa; em relação ao segmento de renda variável, estabelece como limite de alocação o limite ora
47 exposto na Resolução CMN 3.992/2010, de 30%, sendo que por deliberação unânime do comitê de investimentos,
48 o gestor da RIOPRETOPREV deve aumentar, de forma gradativa, a exposição em fundos de renda variável. A
49 política de investimentos prevê ainda: a) vedar a aquisição de operações compromissadas; vedar a aquisição de
50 qualquer ativo final, emitido por instituições financeiras com alto risco de crédito; vedar a aquisição de cotas de
51 fundos de investimentos em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado que não
52 possuam segregação de funções na prestação de serviços, sendo ao menos, obrigatoriamente, duas pessoas jurídicas
53 diferentes, de suas controladas, de entidades por elas direta ou indiretamente controladas ou quais outras sociedades
54 sob controle comum; vedar a aquisição de Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que
55 os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo,
56 uma das agências classificadoras de risco citadas na política de investimentos; vedar a aquisição de Cotas de Fundos
57 Multimercados cuja denominação contenha a expressão “crédito privado”; vedar a aquisição de Cotas de Fundos em
58 Participações (FIP) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se
59 reúna, no mínimo, trimestralmente e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores
60 e das empresas investidas; Vedar a aquisição de Cotas de Fundos em Participações (FIP) que não prevejam em seu
61 regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente e que faça
62 a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas e; que estabelece
63 delegação pelo Conselho Municipal de Previdência ao Comitê de Investimentos para aplicar os recursos financeiros da
64 RIOPRETOPREV nos diversos gestores que atuam no mercado financeiro do país, somente será possível essa
65 autonomia operacional quando os recursos forem direcionados para gestores que tenham sob gestão pelo menos R\$ 6
66 bilhões. Quanto a meta atuarial, o coordenador do comitê de investimentos afirma que considerando a distribuição
67 dos recursos, conforme a estratégia alvo utilizada na política de investimentos, as projeções indicam que a
68 rentabilidade estimada para o conjunto dos investimentos ao final do ano de 2018 será de, no mínimo, 10,5%,
69 portanto, superior evolução do IPCA acrescido da meta atuarial, que deverá se situar na casa dos 10,3% (conforme
70 Relatório de Mercado Focus do Banco Central). Tais dados se baseiam na seguinte conjectura do Comitê de
71 Investimentos: Em pesquisa de mercado (Focus), o BC estima que a inflação (IPCA) de 2018 se situará em
72 4,02%. Se admitirmos que a meta atuarial seja de IPCA mais 6% de juro real teremos uma meta atuarial de
73 10,3%; Já para estimar o percentual de rentabilidade a ser obtido em 2018 com os recursos aplicados em Renda
74 Fixa, o Comitê de Investimentos adotou os seguintes critérios: 1) Admitiu que o CDI renderá no ano valor igual à
75 SELIC, ou seja 7% e que esse será o percentual que remunerará a parte da carteira de investimentos aplicada em
76 ativos de renda fixa atrelados a papéis de curto prazo; 2) Admitiu que o IDKA 2 terá rendimento anual superior à
77 SELIC, na mesma proporção do que foi observado em 2017 (período janeiro a setembro) e que esse será o
78 percentual de remuneração da parcela aplicada em ativos de médio prazo; 3) Admitiu que o IMA-B terá
79 rendimento anual superior à SELIC, na mesma proporção do que foi observado em 2017 (período janeiro a
80 setembro) e que esse será o percentual de remuneração da parcela aplicada em ativos de longo prazo; 4) Admitiu que
81 o IMA B5+ terá rendimento anual superior à SELIC, na mesma proporção do que foi observado em 2017
82 (período janeiro a setembro) e que esse será o percentual de remuneração da parcela aplicada em ativos de longuíssimo
83 prazo; Já quanto ao rendimento esperado nos recursos investidos em renda variável, o Comitê de Investimentos usou
84 o seguinte método: 1) Para os fundos de ações admitiu-se que serão remunerados com a manutenção do capital
85 investido, acrescidos de 1% ao mês, em média; 2) Para os fundos multimercado admitiu-se que serão remunerados
86 com a manutenção do capital investido, acrescidos de 0,8% ao mês, em média; Portanto, a meta atuarial sugerida
87 pelo comitê é de IPCA + 6%. Segundo o Coordenador, a gestão dos ativos será própria. Por fim, o coordenador do
88 comitê de investimentos afirma que foi publicada alterações na Resolução BACEN 3.922, na noite anterior a esta
89 reunião, e que aguarda a publicação de portaria pela Secretária de Previdência alterando o prazo de envio da política



90 de investimento, prevista, atualmente, para 31/10/2017. Por conta da alteração da Resolução, parte da política de
91 investimentos para o ano de 2018 deverá ser modificada, especialmente no que concerne ao enquadramento e alocação
92 dos recursos nos fundos de investimentos. Houve intenso debate entre os membros do colegiado, comitê
93 de investimentos e dos representantes da consultoria financeira, sobre as perspectivas econômicas.
94 O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira acredita que há uma previsão de futuro, ainda que
95 próximo, generosa. Argumenta que mesmo que os indicadores afirmem que a taxa de desemprego
96 diminuiu, os especialistas acreditam que isso ocorra face ao fato de que as pessoas desistiram de
97 procurar emprego e ingressaram na informalidade. **Os conselheiros aprovam, por**
98 **unanimidade, a política de investimentos para o ano de 2018.** O representante da Empresa
99 Crédito e Mercado, Senhor Luis Arnaud Vasques de Araújo, apresentou o estudo de solvência
100 realizado pela instituição destacando que os objetivos são: um melhor entendimento dos riscos
101 inerentes à gestão do RPPS e, principalmente, a alocação estratégica dos recursos da entidade. A
102 metodologia usada pela Crédito e Mercado, de outro lado, estabelece que o portfólio de ativos deve gerar um fluxo de
103 caixa suficiente para cumprir com o compromisso relacionado ao fluxo de pagamento de benefícios. Assim, são
104 projetados 2 cenários macroeconômico: 1) cenário base; 2) cenário alternativo. Para ambos são estimadas as diversas
105 variáveis que possam influenciar o preço dos ativos e seus impactos na rentabilidade do mesmo. A partir dessas
106 premissas é possível aferir, com certo grau de probabilidade, se o patrimônio acumulado ao longo de um determinado
107 período será suficiente para saldar os compromissos assumidos com os segurados. A base informacional do estudo,
108 segundo o consultor, foi o estudo atuarial realizado no início de 2017, com data base novembro de 2016, bem como
109 o atual portfólio de ativos do RPPS, que equivale a R\$ 562.761.376,95. Prossegue o senhor Luis Arnaud
110 afirmando que o estudo revelou o seguinte: 1) Cenário Base: neste contexto, ocorre uma melhora nas variáveis
111 macroeconômicas diante da aprovação das reformas, recuperação do nível de confiança. Nesse ambiente favorável,
112 aplicado ao fluxo financeiro previsto na avaliação atuarial, é revelado o resultado superavitário de R\$ 12,8 milhões
113 no final do plano (81 anos), em valor presente. Nesse contexto, espera-se um retorno dos investimentos, em termos
114 reais, em 5% ao ano. 2) Cenário Alternativo: neste cenário: produzimos um cenário em que a melhora do cenário
115 macroeconômico não acontecerá no curto/médio prazos. Dificuldades enfrentadas pelo Governo Central em formar
116 um bloco de apoio no Congresso Nacional serão potencializadas, e as reformas necessárias para reequilibrar as
117 contas públicas serão postergadas; a inflação permanecerá em patamares elevados por mais tempo e o Banco Central
118 utilizará os instrumentos de política monetária de maneira restritiva, mantendo os juros altos por um período
119 prolongado. No cenário apresentado, os recursos financeiros são suficientes para cobertura dos compromissos atuariais
120 do plano de benefícios previdenciário, sendo que o resultado aponta para uma suficiência patrimonial, no final de 81
121 anos, de R\$ 68,4 milhões, em valor presente. Nesse contexto, espera-se um retorno dos investimentos, em termos
122 reais, em 5,4% ao ano. Por fim, o estudo sugere uma carteira de investimento otimizada para o cenário base,
123 alocando os recursos da seguinte forma: 14,9% em imóveis; 28,7% IMA-B/IMA-B5+; 4,6% IMA-B5/IDKA-
124 2A; 2,9% CDI/IRFM-1; 5,7 FIDC/CP/MM; 27,7% em Precatório; 2,9% FII/FIP; 12,6%
125 SETORLAIS/LIVRES. Nesse caso, o retorno nos próximos anos deve estar por volta dos 5,2%, sendo que o
126 patrimônio do RPPS, ao final do plano (81 anos), será de R\$ 47,7 milhões. No cenário alternativo, a carteira pode
127 ser otimizada da seguinte forma: 14,9% em imóveis; 33,3 IMA-B/IMA-B5+; 6,9% IMA-B5/IDKA-2ª; 2,9
128 CDI/IRFM-1; 6,9% FIDC/CP/MM; 27,7% Precatório; 1,7% FII/FIP. Com essa configuração, a carteira,
129 no cenário alternativo, retornaria 5,6% no período de 81 anos, sendo que o valor superavitário, ao final do plano,
130 será de R\$ 107,2 milhões. A seguir, apresenta um quadro com a expectativa da rentabilidade real dos
131 investimentos de acordo com a carteira atual nos cenários base e alternativo: a) cenário base: 2018 – 7,2%; 2019 –
132 7,6%; 2020 – 6,5%, 2021 – 6,9%; 2022 – 5,9% e; 2023 – 7,7%; b) cenário alternativo: 2018 – 4,9%;
133 2019 – 6,9%; 2020 – 6,6%; 2021 – 6,5%; 2022 – 6,7%; 2023 – 7,3%. O expositor indica que a
134 rentabilidade real média dos investimentos, no longo prazo, deve se situar na faixa de 5,0% a 5,6% ao ano. Em



135 *relação à liquidez da carteira, ressalta 82,5% dos recursos estão investidos em fundos com liquidez de até 30 dias.*
136 *Destaca que o fluxo de caixa previdenciário da entidade aponta para um déficit, nos próximos 3 anos, de*
137 *aproximadamente R\$ 30 milhões, retornando para superávit ao final de 2020. Nesse sentido, indica que há espaço*
138 *para alongamento dos prazos de desinvestimentos dos fundos, sem prejuízo de descasamento entre fluxos, desde que*
139 *mantidas as condições de financiamento do déficit atuarial existente. O conselheiro Eugênio Maria Duarte*
140 *ressalta que os cenários analisados nas discussões do dia demonstram que a política do governo*
141 *atual tem objetivos claros: cortar direitos dos trabalhadores, diante das mais variadas reformas, e de*
142 *venda de patrimônio público, com as privatizações. Os conselheiros declaram apreciado o*
143 **estudo de solvência apresentado.** Sem mais assuntos, a próxima reunião ordinária foi agendada
144 para o dia 24/11/2017, no horário de praxe. Assim, eu, Adriano Antonio Pazianoto
145 _____ lavro a presente ata que, par a fins de consolidação, vai assinada por mim e
146 por todos os presentes.

Dimas Fernandes

José Martinho Wolf Ravazzi Neto

Willem de Lázari Araújo

Celso Aparecido de Cerqueira Barreiro

Carlos Henrique de Oliveira

Eugênio Maria Duarte

Maria Carretero Vergínio

Valter de Lucca